

# Diário do Legislativo de 19/04/2006

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PSDB), Carlos Pimenta (PDT)

### LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Ricardo Duarte

Vice-Líderes: Deputada Elisa Costa (PT) e Deputado Edson Resende (PT)

### LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Gustavo Corrêa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

### LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

### LIDERANÇA DO PPS

Líder: Deputado Neider Moreira

Vice-Líder: Deputado Marlos Fernandes

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Miguel Martini (PHS)

### LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Jésus Lima (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente  
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente  
Valadares

Deputado Dinis BPSB  
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB  
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo  
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB  
Barbosa

Deputado Paulo BPSB  
César

Deputada Maria BPSB  
Olívia

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente  
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente  
Rezende B

Deputada Ana BPSP  
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Jésus PT/PCdo  
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB  
Carvalho

Deputado Djalma PPS  
Diniz

Deputado Sebastião PPS  
Costa

Deputada Cecília PT/PCdoB  
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente  
Gilberto Abramo

Deputado PPS  
Sebastião Costa

Deputada Elbe BPSP  
Brandão

Deputado PT/PCdo  
Adelmo Carneiro B  
Leão

Deputado PP  
George Hilton

Deputado PFL  
Gustavo Corrêa

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Marlos PPS  
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP  
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB  
Lara

Deputado Roberto BPSP  
Ramos

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente  
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB  
Rocha B

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputada Lúcia BPSP  
Pacífico

Deputado André PT/PCdoB  
Quintão

Deputado José PMDB  
Henrique

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente  
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente  
Pacífico

Deputado João BPSP  
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo  
Lima B

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Leonídio BPSP  
Bouças

Deputado Carlos BPSP  
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio BPSP  
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente  
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP  
Barbosa

Deputado Zé BPSP  
Maia

Deputado Paulo BPSP  
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio BPSP  
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputada Elbe BPSP  
Brandão

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente  
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente  
Maria Resende

Deputado BPSP  
Leonídio Bouças

Deputado PT/PCdo  
Weliton Prado B

Deputado Paulo PPS  
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP  
Martini

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente  
Domingos Sávio

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente  
Lessa

Deputado BPSP  
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BPSP  
Humberto Carneiro

Deputada Elisa PT/PCdo  
Costa B

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Dilzon BPSP  
Melo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSB  
Santiago

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Bilac Pinto BPSB

Deputado Irani BPSB  
Barbosa

Deputado André PT/PCdoB  
Quintão

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Paulo Piau PPS

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente  
Laudelino B  
Augusto

Deputado Doutor BPSB Vice-Presidente  
Ronaldo

Deputado João BPSB  
Leite

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

Deputado Paulo PPS  
Piau

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB  
Gomes

Deputado Alencar da BPSB  
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSB  
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

Deputado Dimas PP  
Fabiano

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 11 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente  
Tereza Lara B

Deputado José BPSP Vice-Presidente  
Milton

Deputado Miguel BPSP  
Martini

Deputado André PT/PCdo  
Quintão B

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente  
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente  
Fernandes

Deputado Gil PP  
Pereira

Deputado Luiz BPSP  
Humberto  
Carneiro

Deputado Doutor PFL  
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB  
Lara

Deputado Bilac Pinto BPSP

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente  
Sebastião Costa

Deputado Djalma PPS Vice-Presidente  
Diniz

Deputado PT/PCdo  
Ricardo Duarte B

Deputado PP  
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP  
Vanessa Lucas

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Olívia BPSP

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB  
Ângelo

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputado Domingos BPSP  
Sávio

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente  
Adelmo Carneiro B  
Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB  
Rezende

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Jayro Lessa PFL

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente  
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente  
Leonardo Moreira

Deputado BPSP  
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdoB  
Weliton Prado B

Deputado PMDB  
Antônio Júlio

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Márcio BPSP  
Passos

Deputado Adelmo PT/PCdoB  
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente  
Alencar da  
Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente  
Costa B

Deputado Irani BPSP  
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo  
Moraes B

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB  
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB  
Gomes

Deputado Paulo César BPSP

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio BPSP Presidente  
Moreira

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado Bilac BPSP  
Pinto

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdo  
B

Deputado Dimas PP  
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Márcio BPSP  
Passos

Deputado Ricardo PT/PCdoB  
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

## COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo BPSB Presidente  
César

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente  
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo  
Ferramenta B

Deputada Maria BPSB  
Olívia

Deputado BPSB  
Leonídio Bouças

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSB  
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB  
Ângelo

Deputada Vanessa BPSB  
Lucas

Deputado Doutor PFL  
Viana

## COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio PMDB Presidente  
Júlio

Deputado Dilzon BPSB Vice-Presidente  
Melo

Deputado Luiz BPSB  
Humberto  
Carneiro

Deputado BPSB  
Sebastião  
Helvécio

Deputado Padre PT/PCdo  
João B

Deputado PFL  
Gustavo  
Valadares

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputada Carlos BPSP  
Pimenta

Deputado Durval PT/PCdoB  
Ângelo

Deputada Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

Deputado George PP  
Hilton

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 10ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÕES DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 11/4/2006

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Edson Rezende, João Leite, André Quintão e Domingos Sávio; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discursos dos Deputados Rogério Correia, André Quintão e Domingos Sávio - Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dílzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elbe Brandão - Elisa Costa - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jesús Lima - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Neider Moreira - Paulo Cesar - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, no meu entendimento da leitura feita pelo nobre Deputado, parece que ficou faltando a menção a um projeto de lei que foi aprovado, que é da máxima importância. Trata-se do abono para a compra de farda para os policiais militares. Pelo que ouvi, não foi citado. É uma matéria relevante, que causa impacto sobretudo na redução de custos para o policial militar na sua lide diária. Creio que foi saltado, não sei o que aconteceu. Queria, Sr. Presidente e Sr. Secretário, que fosse feita a leitura do trecho que cita o projeto, um dos mais importantes que foram votados hoje. Gostaria de saber se isso está escrito na ata.

O Sr. Secretário - Perfeitamente, Deputado Edson Rezende. Procederei à releitura do trecho da ata em que consta a votação desse projeto.

- Procede-se à leitura do trecho solicitado.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente...

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado Edson Rezende que, para discutir a ata, o parlamentar só pode fazer uso da palavra uma vez.

O Deputado Edson Rezende - Eu havia pedido que fosse feita a leitura do trecho. Solicitaria agora à Presidência que procedesse à leitura por inteiro da ata, que não foi feita na íntegra.

O Sr. Presidente - O Deputado Luiz Fernando Faria já prestou os esclarecimentos solicitados por V.Exa. Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Também gostaria de fazer menção à ata lida pelo nobre Deputado Luiz Fernando Faria, especialmente no seu final, quando trata da intervenção do Deputado Domingos Sávio, algo importante para nós. Reiteradas vezes fui à Mesa solicitar ao 2º-Vice-Presidente da Assembléia que observasse o Regimento da Casa. O Deputado André Quintão discutia, na tribuna, um projeto que tratava da questão tributária, mas quase em momento algum referiu-se ao assunto. Ele tratou de fazer crítica ao Governador Aécio Neves, apesar de a pesquisa Vox Populi indicar 91% de aprovação do Governador. Ele também fez críticas a este Deputado. Reiterada vezes, fui até o Deputado, solicitando-lhe, como guardião do nosso Regimento, que o respeitasse. O art. 159 diz o seguinte: "Durante a discussão, o Deputado não pode desviar-se da matéria em debate". Além do Deputado que estava na tribuna, nem um dos demais que apresentaram aparte, membros da Oposição nesta Casa, referiu-se ao projeto em discussão.

Sr. Presidente, considero importante que a ata traga a minha manifestação. O Deputado Domingos Sávio, ao final, manifestou-se, também, em relação à questão.

Estava inscrito para discutir, mas a Oposição, o PT - apesar de seus Deputados terem feito a discussão sem quórum -, resolveu que eu não poderia fazer a discussão. A Deputada Elisa Costa pediu o encerramento, de plano, da reunião, não permitindo que, democraticamente, a Situação, a base do governo, também se manifestasse em relação ao projeto em discussão.

Portanto, Sr. Presidente, acho importante que minhas palavras constem na ata, e suscito, inclusive, essa questão de ordem a V. Exa.

Temos acompanhado V. Exa. nessa Mesa, assim como outros Vice-Presidentes, que têm feito cumprir o Regimento da Casa. Não vimos isso hoje à tarde. O Regimento não foi observado, apesar das reiteradas manifestações da minha parte solicitando que o fosse. Portanto, gostaria que minhas manifestações constassem na ata. Fui várias vezes à Mesa, solicitando que o orador que ocupava a tribuna se ativesse à discussão da matéria em pauta. E, ao final, temos a manifestação do Deputado Domingos Sávio, que aparece, na ata, como uma solicitação de encerramento da reunião, o que não estava correto. A manifestação do Deputado Domingos Sávio deu-se em relação a tudo o que aconteceu nessa tarde. De minha parte, entendo que, até para a Minoria nesta Casa - eu que dela já fiz parte -, interessa o atendimento ao Regimento. Interessa-nos ter uma norma. O que não é possível é mudar a regra no meio do jogo. A única regra a ser aplicada é a do Regimento Interno da Assembléia Legislativa. Portanto, pondero a V. Exa., que tão bem tem guardado o nosso Regimento, que a Mesa da Assembléia se atenha à guarda do Diploma Procedimental, o que representa uma segurança para todos nós, Deputados, tanto da Situação como da Oposição.

Na própria discussão da ata, vimos que V. Exa. teve o cuidado de garantir o atendimento ao Regimento. Esta é minha manifestação. Obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, ouvindo a leitura da ata, acredito que, de acordo com o Regimento, é permitido ao Deputado fazer a discussão por uma hora do projeto de lei, um projeto de lei de regime especial de tributação. E o enfoque dado por este Deputado... Espero e imagino que aqui não haja censura de nenhum Deputado sobre o conteúdo da fala de outro.

Discutimos a questão tributária, a justiça tributária, que, muitas vezes, não vem sendo praticada ao longo dos anos no Estado, e as renúncias fiscais. Citei o exemplo da Mercedes-Benz, que teve milhões e bilhões de renúncias fiscais e não gerou o número de empregos suficiente. Discutimos o fato de estarmos na Campanha da Fraternidade e a legislação que beneficia o deficiente físico, atualmente em vigor, não estar sendo cumprida. Aliás, há pacote de regimes especiais de tributação. Dissemos que o povo deseja que o tributo seja bem aplicado e que Minas Gerais aplica somente 0,2% em assistência social; que o Prefeito Pimentel, o melhor da América Latina, aplica mais recursos na assistência social do que o governo do Estado; que Belo Horizonte tem política tributária justa; que precisamos travar debate global acerca dos tributos em Minas Gerais; que defendo alguns regimes especiais de tributação, desde que a relação custo-benefício seja positiva para o Estado - aliás, até mesmo citei alguns exemplos.

Diante disso, confesso que não entendo o motivo da crítica. Querer que a Oposição somente elogie o Governador não é o mais adequado democraticamente. Disse também que, na Assembléia, a Oposição é responsável. Com muita honra, fui Líder do Bloco PT-PCDoB por 14 meses. O PT ajudou o Pró-Acesso, programa de asfaltamento de 224 Municípios. Também estendeu o prazo de financiamento das máquinas, ou seja, ajudamos os Prefeitos a adquirir as máquinas para o desenvolvimento. O Bloco PT-PCDoB ajudou a negociar as tabelas salariais e os planos de carreira. Portanto, acredito que a Oposição seja responsável, digna e que dialogue com o Líder do Governo e com o bloco do governo. Trata-se de uma Oposição que, ao longo dos 14 meses - foi assim com o Deputado Rogério Correia e o está sendo com o Deputado Ricardo Duarte -, pensa em Minas, no povo mineiro. Gostaria que isso constasse na ata, já que a estou discutindo. Caso algum Deputado entenda que o que estou fazendo não é discussão da ata, acredito que estejamos no fim do mundo. Sugiro que a ata incorpore sucintamente todos esses itens, como sempre faz tão bem o corpo técnico da Casa.

Sr. Presidente, espero que tenhamos clima democrático nesta Assembléia. De forma responsável, sempre ajudamos o Estado de Minas, não como estão fazendo o PSDB e o PFL em Brasília. Até hoje não votaram o Orçamento federal, fato que pode prejudicar os mineiros. Desejamos bom senso e que se registre na ata a nossa posição sobre a questão tributária e as políticas públicas em decorrência do tributo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado. Sr. Presidente. Como a última frase proferida pelo Deputado André Quintão guarda conteúdo mais nobre, vou segui-la: que esta Casa viva num ambiente de democracia. Todos que estamos aqui sabemos o que aconteceu. Estamos num espaço relativamente fácil, em que todos podem perceber até mesmo um gesto e o semblante de cada um. Entretanto, muitas vezes, a televisão não mostra tudo. Com certeza, tem dificuldade em mostrar o coração, se há sinceridade, demagogia, hipocrisia ou falta de respeito. Como podemos falar em democracia, se não houver nem sequer respeito, principalmente por quem nos assiste? Mais uma vez, digo que é importante registrar isso na ata. Ao final da reunião, fiz esse registro, e, por uma hora, a base do governo ouviu o Deputado André Quintão, sob o pretexto de que estaria discutindo um projeto de regime especial, criticar o Governador Aécio Neves, fazer considerações as mais absurdas, responsabilizar a Oposição no Congresso e não aprovar o Orçamento, sem querer discutir que o Orçamento não trata da reposição ao Estado da Lei Kandir, ou seja, que é um Orçamento que está prejudicando Minas Gerais e que é preciso que haja alguém lá que defenda Minas Gerais e os outros Estados e que debata com o governo federal sem críticas ao governo passado. Ele enalteceu o governo federal como se vivêssemos no melhor dos mundos, e eu disse a ele, educadamente, já que ele estava pregando a democracia, que não pedisse o encerramento de plano da reunião e que os seus colegas de base também não o pedissem, que havíamos ouvido aqui, por mais de uma hora, meia dúzia de Deputados. Mas nós respeitamos. E ele dizia, a toda hora, para a televisão, para vocês que estão nos assistindo, que ele queria o debate democrático. E, quando pedimos a palavra, quando o Deputado João Leite estava inscrito, nos últimos segundos, em combinação, a Bancada do PT - depois de a Deputada Elisa Costa ter-se dirigido a um e a outro colega por várias vezes -, vem e pede encerramento, de plano, da reunião. É regimental? Sim. É ético? É correto? Isso respeita você que está ouvindo? Eu deixo a indagação. Pedi que constasse em ata e insisto nisso. Provoca por uma hora; faz acusações por uma hora; acusa o governo do Estado; diz que nós é quem somos os culpados de não se aprovar o Orçamento da União, mas não discute o interesse do Estado de Minas, prejudicado porque não veio a compensação da Lei Kandir; coloca o governo federal no melhor dos mundos; diz que a situação do governo federal é um paraíso, mas o povo brasileiro não está enxergando assim; insiste em fazer campanha para o Presidente, falando em pesquisas em que o Presidente estaria subindo, e, de acordo com as últimas, houve um candidato que subiu, que foi do PMDB, e o Lula caiu. No entanto, não interrompemos o Deputado André Quintão, a não ser para pedir-lhe educadamente, como também à Deputada Elisa e aos demais pares. Já que havia tempo de sobra, o horário regimental da reunião não havia se esgotado e não haveria nenhum aumento de gasto público, pois a TV Assembléia estava no ar e quem estava nos acompanhando queria, pelo menos, saber a nossa opinião; pedi que se registrasse em ata, e insisto que se registre, o que é regimental. Quem insiste nesse tipo de comportamento que comece a saber, a partir de agora, que não passa de um teatro, um teatro mal ensaiado, um teatro sem a devida responsabilidade para com o povo mineiro, um teatro de quem quer acusar, pregar a democracia, defender o debate, mas um debate de uma palavra só, um debate que não permite a réplica, que pede o encerramento de plano quando alguém vai contra-argumentar. Foi isso o que registrei, e insisto que é preciso que esta Casa, para continuar merecendo o apoio que merece hoje do povo mineiro, não tome atitudes como essa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado à discussão da ata e não havendo retificações a serem feitas, dou-a por aprovada.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e de requerimentos.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicitei a palavra pelo art. 164 para me explicar, já que fui citado pelo Deputado João Leite quando assumi a Presidência na parte da tarde. Peço essa explicação pessoal porque o Deputado, ao citar-me, disse que agi de forma antidemocrática no exercício da Presidência. Respeito a opinião dele, mas não concordo com ela. De fato, ao assumir a Presidência, a pedido do Deputado que me antecedeu, ocupava a tribuna, desde o início, o Deputado André Quintão, que discutia projeto relativo à tributação. Além desse assunto, abordou também o problema do Orçamento da União, fazendo um vínculo com a questão tributária em Minas, inclusive citando o Governador Aécio Neves em Brasília, onde reiteradamente repetiu que o Orçamento nacional não poderia ser aprovado caso não satisfizesse sua vontade como Governador do Estado de Minas Gerais. Assisti à sua entrevista agora à tarde. Esse é um direito dele, embora seja bastante petulante achar que o Orçamento do País tenha de ser paralisado devido à vontade de um Governador. Durante quatro meses não se vota o Orçamento. Sendo assim, o Deputado André Quintão fez uma relação entre esse assunto e outros, com o projeto em pauta, e é claro que foi subjetivo. Mas o Presidente sabe, assim como todos os Deputados e as Deputadas, que é realmente subjetivo discutir um projeto, não sendo essa uma prerrogativa apenas do Deputado André Quintão. Certamente, todo Deputado que usou a tribuna para discutir um projeto já agiu assim. Portanto, não poderia cortar a palavra desse Deputado e dizer que ele nãoalaria mais. O próprio Deputado André Quintão voltou a falar sobre o projeto dizendo que estava ali para discuti-lo. Seria uma atitude antidemocrática cortar a sua palavra e não permitir que ele discutisse o projeto e fosse subjetivo. Sendo assim, o processo não deixou de ser democrático. É fato que não havia quórum, mas também é fato que votamos o projeto de lei sobre o fardamento das Polícias Militar e Civil sem quórum. Mas ninguém pediu verificação do mesmo. O Presidente pode notar que não havia quórum. Não interrompemos uma reunião e simplesmente a encerramos, caso não haja pedido de verificação. Ora, como Presidente, não poderia, pois, interromper a reunião e encerrá-la porque não havia quórum. Nunca vi um Presidente agir dessa forma.

Isso sim seria antidemocrático. A Deputada Elisa Costa solicitou o encerramento da reunião por falta de quórum. V. Exa. sabe que é regimental o acatamento dessa decisão, porque, notadamente, não havia quórum - havia apenas três ou quatro Deputados em Plenário. Não houve pedido de recomposição de quórum porque era óbvia a ausência do mesmo. Se houvesse esse pedido, eu teria solicitado uma chamada. Como isso não ocorreu, a reunião foi encerrada, de pleno.

Se o Deputado João Leite entendeu isso como uma atitude antidemocrática e de desrespeito ao Regimento, essa não foi a minha intenção. Em geral, Presidentes como Mauri Torres e Rêmoló Aloise agem dessa forma, como vimos agora, na discussão da ata. Ela foi realmente discutida por todos os que falaram? Ninguém fugiu um pouco do assunto e agiu com subjetividade? No meu entender, isso ocorreu, sim. O Presidente poderia cortar a palavra de quem discutia a ata? No meu entender, não. Portanto, não digo que o Presidente desrespeitou o Regimento. Por isso solicitei a palavra, para que ficasse bem claro que o meu comportamento foi regimental. Acho que teria sido antidemocrático se cortasse a palavra do orador, assim como não a cortei quando um Deputado da Oposição aparteou o Deputado André Quintão e não discuti apenas aquele assunto. É evidente que não cortei sua palavra. Se ele tivesse abordado esse assunto e outros, eu teria o mesmo comportamento, independentemente de qual Deputado fosse. Gostaria que ficasse claro, Sr. Presidente, o comportamento que tive, que foi regimental e democrático.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, dentro do Regimento Interno e fazendo uma defesa, não diria pessoal, mas da Assembléia Legislativa, dos nossos colegas Deputados e Deputadas, o Deputado Domingos Sávio foi muito deselegante com a Assembléia ao chamar a Casa de teatro. Quem é ator aqui? O Deputado, ao chamar a Assembléia de teatro, está acusando cada Deputado e cada Deputada da Casa.

Quer dizer que qualquer Deputado que vá à tribuna está encenando só porque o conteúdo mencionado não agrada ao Deputado, porque deve haver coro ensaiado para ser um trabalho sério? Não pode haver discordância? Os Deputados deveriam evitar adjetivações no Plenário. Isso é muito sério. O esperneio do Deputado deve-se creditar talvez à queda do candidato Geraldo Alckmin, à explicação dos 400 vestidos de sua esposa ou à sociedade do seu filho com o acupunturista.

Só pode ser isso. Ou não se pode mais exercer o direito democrático de expressar opinião nesta Casa, de maneira respeitosa? Recomendo aos Deputados e Deputadas que leiam as notas taquigráficas. Nem sequer foi feita menção pessoal ao Governador. Fizemos apenas uma análise da política tributária de Minas e do pouco investimento social nos últimos anos.

Quem conhece este Deputado sabe a seriedade e a forma com que ele trata o governo estadual, de maneira refinada, construtiva, democrática e até com muito diálogo. Às vezes, com um diálogo incompreendido até pela nossa base de militantes. Tudo isso pela nossa capacidade de diálogo.

Sinceramente, acho que essas adjetivações, chamar de demagogia, hipocrisia, teatro, encenação, falar que foi jogo combinado, estava na tribuna... Cada Deputado da Casa tem o direito de encerrar ou não a reunião quando quiser. O Deputado foi injusto, mas respeito a sua opinião. O Presidente tem razão, não podemos continuar essa discussão.

Sinceramente, o Deputado foi infeliz, injusto, antidemocrático, mas o respeito muito, até porque se trata de um Deputado competente e bem intencionado. Não é pelo fato de S. Exa. estar na base do governo que iremos também reproduzir os mesmos argumentos, a meu ver, equivocados, com que ele tratou não só a mim, mas também a Deputada Elisa Costa, o Deputado Rogério Correia e o Bloco PT-PCdoB na Casa.

Exercer o nosso papel de oposição construtiva faz parte do jogo democrático. É assim em qualquer parlamento. Espero que continue sendo assim na Assembléia Legislativa.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, àqueles que tiveram oportunidade de acompanhar, na parte da tarde, a reunião - e tenho convicção de que não foram todos que agora nos acompanham -, digo que serei bastante fiel ao que ocorreu, e já o fiz, mas quero repetir. Estivemos, por uma hora, com cerca de meia dúzia de Deputados, e ao final três ou quatro Deputados, assistindo respeitosamente ao Deputado André Quintão desfilando uma série de acusações ao PSDB, ao Governador Aécio Neves e à Bancada do PSDB federal. Entre os argumentos do Deputado André Quintão, um era responsabilizar o Governador e o PSDB pela não-aprovação do Orçamento perante o governo federal.

Eu lhe pedia por gentileza, já que testemunhava a falta de quórum enquanto falava, assim como à Deputada Elisa Costa. Fomos pacientes e respeitosos ao ouvi-los atentamente. Pedi a ele, à Deputada Elisa Costa e aos demais Deputados presentes que não encerrassem a reunião, para realizarmos o debate. Infelizmente, não souberam exercer a democracia.

Sem ofender ninguém, disse que, no meu entendimento, isso seria uma falta de cuidado com o nosso telespectador e cidadão mineiro, podendo ser entendido como um teatro, pois digo que desejo a democracia, mas não aceito sequer que contracenem comigo e que contra-argumentem.

Querida dizer ao Deputado André Quintão o que acabou de ser anunciado em Brasília. Enquanto o Deputado se pronunciava, os noticiários do País inteiro anunciavam que os Governadores reunidos em Brasília diziam ao governo federal que o orçamento, da forma apresentada, prejudica Minas Gerais e todos os Estados, pois não repõe as perdas previstas pela Lei Kandir.

Gostaria de dizer isso ao Deputado André Quintão, para que perceba que não estamos aqui para fazer teatro ou acusação barata, mas para defender os interesses de Minas, como o Governador, que foi a Brasília hoje.

Deputado André Quintão, dizia que, enquanto debatíamos e V. Exa. argumentava que agíamos contra os interesses do País, os noticiários informavam que o governo federal já cedeu em parte e já aceitou disponibilizar mais R\$1.300.000.000,00 para ampliar as compensações aos Estados, em uma demonstração clara de que nós estávamos certos e ele errado. Isso acabou de acontecer.

Portanto, Sr. Presidente, não ofendi ninguém, muito menos esta Casa. Estou fazendo um apelo para realizarmos um debate construtivo, e não um ataque e depois um pedido de encerramento. Temos de debater. O PT tem o direito de argumentar. O Deputado André Quintão disse que isso foi um esperneio meu, porque há acusações contra o PSDB. Há poucos minutos foi anunciado por toda a rede televisiva nacional que o Ministério Público acabou de indiciar - e não é CPI - mais de 40 criminosos. Essa não foi a visão de um partido político, mas do Ministério

Público. Há aqueles que dizem que foi o Lula e os seus 40 ladrões. Espero que apurem isso, para que sejam punidos e para que não fiquem rejubilando-se, dizendo que o Presidente continua estável e forte e que será reeleito, como se não estivesse acontecendo nada de errado no País, como se não houvesse corrupção e como se não estivessem roubando o dinheiro do povo.

Não posso concordar com isso, Sr. Presidente. Conclamo todos para um debate respeitoso. Foi isso que denunciei desta tribuna e que insisto em denunciar de forma respeitosa. Não ataquei nenhum indivíduo, nenhum Deputado, nenhum cidadão. Disse e insisto que o debate democrático não é um monólogo em que o PT fala e pede o encerramento da reunião. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece aos Deputados que só concederá a palavra pelo art. 164, para contestar acusação pessoal ou contradizer o que lhe foi atribuído como opinião pessoal, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 2.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - A Presidência entende que V. Exa. não foi citada de forma a ter direito a fazer uso da palavra pelo art. 164.

A Deputada Elisa Costa - O nosso partido e nós, individualmente, fomos atacados como antidemocráticos.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece que, de acordo com o Regimento Interno, a palavra pelo art. 164 será concedida a um Deputado por representação partidária.

#### Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria de comunicar a esta Casa, depois de ver nesta pauta vários projetos em discussão em turno único, que recebi um telefonema, neste momento, de moradores dos Bairros Padre Eustáquio, Carlos Prates e Calafate, que estão fazendo um movimento porque não estão entendendo a posição da BHTRANS e da Prefeitura de Belo Horizonte de instalar uma rodoviária na Via Expressa.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado que se atenha ao Regimento Interno.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Estou falando que está acontecendo neste momento um movimento contra a instalação da rodoviária.

O Sr. Presidente - Deputado, cumpra o Regimento.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, quero apenas dizer que está acontecendo um movimento muito grande ali, onde se pretende construir a rodoviária. A BHTRANS e a Prefeitura não aceitam a palavra dos moradores da região, que colocarão goela abaixo a Prefeitura do PT, porque o local não tem condição para isso.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, a questão de ordem que levanto é que o primeiro projeto a ser votado é a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004, que teve um substitutivo apresentado na comissão especial e cujo quórum para votação é um quórum qualificado.

Como V. Exa. pode perceber, não há quórum para a votação dessa matéria, de emenda à Constituição. Peço a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião, em razão da falta de quórum para a votação da proposta de emenda à Constituição do Deputado Ivair Nogueira.

Evidentemente, sou favorável a essa importante proposta. Além disso, concordo com o seu conteúdo de redução do recesso parlamentar e, ao mesmo tempo, de não-permissão de pagamento para convocações extraordinárias. Ela está em fase de votação, e não mais de discussão. É evidente que há questão de ordem sucinta de que não podemos dar continuidade à votação da emenda, por falta de quórum. Peço a V. Exa. que encerre a reunião, pelos motivos expostos.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 15 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos nossos trabalhos.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em turno único, dos Projetos de Resolução nºs 3.081, 3.121 a 3.128 e 3.130 a 3.138/2006 e, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.196 e 2.732/2005, uma vez que permaneceram em ordem do dia por mais de seis reuniões.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de amanhã, dia 12, às 9 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária também de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 4/4/2006

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Sargento Rodrigues e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a regulamentação das guaritas de segurança dos condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte e comunica o recebimento de ofício do Sr. Cláudio Chaves Beato Filho, Professor Coordenador do CRISP-UFMG, agradecendo o convite para esta reunião e justificando sua ausência devido a compromissos previamente assumidos. A Presidência interrompe a 1ª Parte da

reunião para ouvir a Sra. Elaine Matozinhos e o Sr. Fred Costa, Vereadores à Câmara Municipal de Belo Horizonte; a Sra. Fátima Gottschalg e o Sr. Marcos Sanches, representando a Associação de Moradores e Proprietários do Bairro Estoril III; e os Srs. Talma Ferreira dos Santos, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Fazenda da Serra; e Bruno Gorini, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Belvedere, representando Marcelo Marinho, Presidente da União das Associações de Bairros da Zona Sul de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a chegada dos Deputados Doutor Viana e Marlos Fernandes. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2006.

Zé Maia, Presidente - Sargento Rodrigues - Antônio Julio - Weliton Prado.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 19/4/2006

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para comemoração da entrada em vigor da Lei de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (Lei 15.982, de 2006).

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004, do Deputado Ivair Nogueira e outros, que altera o art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.081/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 014/2005, concedido à empresa Varig Logística S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.121/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 001/2006, concedido à empresa Unifrigio Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.122/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 002/2006, concedido à Empresa Friboi Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.123/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 003/2006, concedido à Empresa Nogueira Rivelli Irmãos Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.124/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 004/2006, concedido à Empresa Mafrial Matadouro e Frigorífico Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.125/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 005/2006, concedido à Empresa Distribuidora de Carnes Vale do Paraíso Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.126/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 006/2006, concedido à Empresa Organizações Francap S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.127/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 007/2006, concedido à Empresa Avivar Alimentos Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.128/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 008/2006, concedido à Empresa Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.130/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 010/2006, concedido à Empresa Dagranga Agroindustrial Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.131/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 011/2006, concedido à Empresa Frigorífico Mataboi S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.132/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 012/2006, concedido à Empresa Frigorífico Industrial Vale do Piranga.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.133/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 013/2006, concedido à Empresa Barbosa & Cia. Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.134/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 014/2006, concedido à Empresa Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.135/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 016/2006, concedido à Empresa Sadia S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.136/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 018/2006, concedido à Empresa Frigorífico Nossa Senhora da Saúde Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.137/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 019/2006, concedido à Empresa Matadouro e Frigorífico Paladar Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.138/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 020/2006, concedido à Empresa Rio Branco Alimentos S/A.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.196/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Santo de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.732/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.063/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3, ficando prejudicada a Emenda nº 2.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.005/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89, que reestrutura a remuneração do pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.888/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.923/2006, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no artigo 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto..

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.706/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a defesa dos dirigentes e servidores das empresas estatais, das sociedades por ações e de responsabilidade limitada. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.190/2005, do Deputado Leonardo Moreira, que cria o serviço voluntário de capelania hospitalar em todos os nosocômios públicos ou privados que possuam número igual ou superior a 30 leitos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 19/4/2006

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.278/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 6.280/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.297/2006, do Deputado Paulo Piau; 6.322, 6.323 e 6.325/2006, do Deputado Antônio Andrade; e 6.377/2006, do Deputado Jésus Lima.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 19/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de lei nº 3.063/2006, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.987/2004, do Deputado Ricardo Duarte; 2.080/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.752/2005 e 3.004/2006, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.403/2006, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Finalidade: cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes aos quadrimestres de 2005.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 19/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.392/2006, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 19/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.371/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.391/2006, do Deputado Jayro Lessa; 6.397/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.398/2006, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 19/4/2006, destinadas, ambas, I, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004, do Deputado Ivair Nogueira e outros, que altera o art. 53 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 2.888/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação

das terras devolutas que especifica; 2.923/2006, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no artigo 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; 3.081/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 014/2005, concedido à empresa Varig Logística S.A.; 3.121/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 001/2006, concedido à empresa Unifrig Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda; 3.122/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 002/2006, concedido à Empresa Friboi Ltda; 3.123/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 003/2006, concedido à Empresa Nogueira Rivelli Irmãos Ltda; 3.124/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 004/2006, concedido à Empresa Mafrial Matadouro e Frigorífico Ltda; 3.125/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 005/2006, concedido à Empresa Distribuidora de Carnes Vale do Paraíso Ltda; 3.126/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 006/2006, concedido à Empresa Organizações Francap S.A.; 3.127/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 007/2006, concedido à Empresa Avivar Alimentos Ltda.; 3.128/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 008/2006, concedido à Empresa Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas Ltda.; 3.130/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 010/2006, concedido à Empresa Dagránja Agroindustrial Ltda.; 3.131/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 011/2006, concedido à Empresa Frigorífico Mataboi S.A.; 3.132/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 012/2006, concedido à Empresa Frigorífico Industrial Vale do Piranga; 3.133/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 013/2006, concedido à Empresa Barbosa & Cia. Ltda.; 3.134/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 014/2006, concedido à Empresa Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.; 3.135/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 016/2006, concedido à Empresa Sadia S.A.; 3.136/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 018/2006, concedido à Empresa Frigorífico Nossa Senhora da Saúde Ltda.; 3.137/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 019/2006, concedido à Empresa Matadouro e Frigorífico Paladar Ltda.; e 3.138/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 020/2006, concedido à Empresa Rio Branco Alimentos S.A.; e dos Projetos de Lei nºs 2.190/2005, do Deputado Leonardo Moreira, que cria o serviço voluntário de capelania hospitalar em todos os nosocômios públicos ou privados que possuam número igual ou superior a 30 leitos e dá outras providências; 2.196/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Santo de Minas os imóveis que especifica; 2.706/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a defesa dos dirigentes e servidores das empresas estatais, das sociedades por ações e de responsabilidade limitada; 2.732/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica; 3.005/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89, que reestrutura a remuneração do pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais; e 3.063/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de abril de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial dos Centros de Convenções, Feiras e Exposições

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Biel Rocha, João Leite e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/4/2006, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2006.

Sebastião Helvécio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Bilac Pinto, Dimas Fabiano e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/4/2006, às 10 horas, no Centro de Múltiplo Uso (Praça da Bandeira, nº 10, Centro), em Caldas, com a finalidade de se debaterem as ações necessárias ao asfaltamento do trecho da rodovia estadual que liga o Município de Andradas ao Distrito de Pocinhos do Rio Verde e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2006.

Célio Moreira, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Designação de Comissão

- O Sr. Presidente designou, na 23ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, os membros da Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Estudar as Medidas Necessárias para Ajustar as Exigências Ambientais ao Desenvolvimento do Setor Produtivo no Estado, doravante denominada Comissão Especial sobre Governança Ambiental. Pelo BPSP: efetivos - Deputados Dinis Pinheiro e Zé Maia; suplentes - Deputados Sargento Rodrigues e Arlen Santiago; pelo Bloco PT-PCdoB: efetivo - Deputado Carlos Gomes; suplente - Deputado Adelmo Carneiro Leão; pelo PMDB: efetivo - Deputado Adalclever Lopes; suplente - Deputado Leonardo Quintão; pelo PPS: efetivo - Deputado Paulo Piau; suplente - Deputado Marlos Fernandes (Designo. Às comissões.).

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.864/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.864/2005, de autoria do Deputado Rogério Correia, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de São Francisco - APACSF -, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.864/2005

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de São Francisco – APACSF –, com sede no Município de São Francisco.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de São Francisco – APACSF –, com sede no Município de São Francisco.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Djalma Diniz, relator - Doutor Ronaldo.

### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/4/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Chico Rafael

nomeando Adailton José de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### TERMO DE AFETAÇÃO

Cedente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: 8ª Delegacia Regional de Polícia Civil da Comarca de Brasília de Minas. Objeto: afetação patrimonial de um microcomputador. Vigência: a partir da assinatura.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Portal Jurídico Comercial de Livros Ltda. Objeto: fornecimento de livros para a Biblioteca Deputado Camilo Prates. Objeto deste aditamento: alteração do valor contratual da cláusula 14. Vigência: a partir da assinatura até 31/12/2006. Dotação orçamentária: 44905200.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Stand Up Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda. Objeto: prestação de serviços de consultoria e reportagem para a TV Assembléia. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação e adoção de indexador contratual, com correção de preço. Vigência: 12 meses a partir de 1º/6/2006. Dotação orçamentária: 33903500.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lavanderia Lav Sec Rápido Ltda. Objeto: prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem, passagem e esterilização de roupas pertencentes à contratante. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação do CTO/38/2005, com manutenção de preço. Vigência: 12 meses, entre 1º/6/2006 e 31/5/2007. Dotação orçamentária: 33903900.

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica Nefrológica de Minas Gerais Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.